

APRESENTAÇÃO DA REVISTA “PESQUISA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA”

A revista “Pesquisa Agropecuária Brasileira” que com êsse Volume inicia a sua publicação, visa apresentar os trabalhos de pesquisa agropecuária realizados no Brasil, especialmente pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA) do Ministério da Agricultura, embora também possa publicar trabalhos originais de outros órgãos de pesquisa. Destina-se a publicar trabalhos técnicos e científicos, originais e definidos como escritos por especialistas para especialistas. Será editada em volume sem periodicidade certa. Por ser a Revista muito geral, em virtude de abranger todos os campos da pesquisa agropecuária, contendo pois, artigos sobre assuntos muito diversos, foram organizadas as Seções de Agrostologia, Botânica, Ecologia, Economia e Sociologia Rural, Engenharia Rural, Entomologia e Fitopatologia, Estatística Experimental, Fitotecnia, Genética, Química, Solos, Tecnologia, Veterinária, Zootecnia. Cada um dos trabalhos será classificado numa destas Seções. Destina-se o volume às bibliotecas gerais, destinando-se as subscrições por Seções às bibliotecas especializadas ou às de especialistas. A Revista pode ser assinada por Volume ou por Seção. A assinatura por Seção completar-se-á quando o número de páginas dos trabalhos alcançar entre 400 e 500 páginas, havendo comunicação por parte da Redação.

De cada artigo publicado será feito certo número de separatas, que constituirão Boletim Técnico de uma das dependências do Departamento, ou de outra instituição, ao receber uma capa. Essa resolução é tomada para que haja continuidade na série de Boletins Técnicos que já vêm sendo publicados e permitir que as instituições possam manter o seu intercâmbio científico. Dependendo da Redação, é possível que sejam publicados antes do volume as separatas, isto é, boletins técnicos, conforme sejam impressos, constituindo-se o volume no final.

Com essas características espera a Diretoria Geral do DPEA, atender os objetivos de assegurar uma publicação adequada para os resultados dos trabalhos técnico-científicos que vêm sendo realizados neste Departamento. A Revista atende o critério de centralização necessário ao seu reconhecimento e a penetração nas numerosas bibliotecas técnico-científicas que existem no mundo. Visa o sistema de subscrição por Seções, permitir que bibliotecas especializadas ou de especialistas só recebam artigos pelos quais têm interesse específico. Ao mesmo tempo, visa uma descentralização, permitindo aos Institutos, dependências do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, manterem os seus intercâmbios através de permutas e aos autores trocarem separatas com os seus colegas de especialidade.

Informamos nesta oportunidade que, devido a reestruturação ocorrida no Ministério da Agricultura em 1962, várias instituições foram reunidas ou desmembradas e os seus trabalhos técnico-científicos estão sendo agora publicados pela revista “Pesquisa Agropecuária Brasileira”. As séries de Boletins Técnicos dos Institutos Agrônômicos do Norte (IAN), Nordeste (IANE), Leste (IAL), Oeste (IAO) e Sul (IAS), bem como o do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícolas (IEEA), terão prosseguimento com a modificação nos nomes para Boletins Técnicos dos Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), Nordeste (IPEANE), Leste (IPEAL), Centro-Oeste (IPEACO), Sul (IPEAS) e Centro-Sul (IPEACS), respectivamente. Os Boletins do Instituto de Química Agrícola, terão continuação nos Boletins Técnicos da Divisão de Tecnologia Agrícola e

Alimentar (DTAA) e os da Comissão de Solos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas nos Boletins Técnicos da Divisão de Pedologia e Fertilidade do Solo (DPFS). Os textos de todos os Boletins Técnicos serão artigos da revista "Pesquisa Agropecuária Brasileira". As séries de Boletins Técnicos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas e do Instituto de Zootecnia, bem como os Arquivos do Instituto de Biologia Animal, não terão prosseguimento, porque aqueles Institutos foram incorporados ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS), onde os seus trabalhos prosseguem e serão publicados como Boletins Técnicos e na revista "Pesquisa Agropecuária Brasileira".

Esclarecemos que a publicação de trabalhos destinados a divulgar os resultados das pesquisas junto aos produtores e pessoas interessadas que não sejam, porém, técnicos especializados ou cientistas, está sob a responsabilidade de cada uma das dependências do Departamento que editarão circulares, folhetos extensionistas ou outros tipos de publicações. A descentralização desse tipo de informação é uma necessidade por ser a agricultura eminentemente regional e para permitir que os artigos alcancem o público para os quais eles são mais importantes e para os quais foram escritos.

Temos grandes esperanças que "Pesquisa Agropecuária Brasileira" venha a atingir num futuro próximo sua finalidade, levando aos especialistas os resultados dos trabalhos de pesquisa. Sua leitura permitirá o intercâmbio entre os pesquisadores, medida importante para assegurar o progresso científico.

A Diretoria Geral do DPEA deseja agradecer àqueles que contribuíram com os seus trabalhos, antes mesmo de ser conhecida a Revista, e especialmente, à Comissão de Redação e ao Redator Chefe pelo interesse, dedicação e esforço para publicação deste primeiro volume, bem como ao Instituto de Pesquisas IRI pela colaboração prestada.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1966

ADY RAUL DA SILVA
Diretor Geral do DPEA

DPEA — Histórico de mais um passo na evolução da pesquisa agropecuária no Ministério da Agricultura

Roberto Meirelles de Miranda¹

O primeiro volume de "Pesquisa Agropecuária Brasileira", trazendo novas bases e novas concepções para a divulgação do trabalho científico agropecuário, fixa um marco na história da revista científica agrícola no Brasil.

Este marco foi plantado por uma instituição nova, surgida da reforma geral do Ministério da Agricultura, a partir de 1963 — o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias.

A tarefa de construir novas bases científicas para a Agricultura brasileira foi entregue a instituições diversas do Ministério da Agricultura durante o seu século de existência. Estas têm passado pelo processo da evolução natural característica, também, dos organismos que lhes cabe estudar. Como estes próprios organismos elas são concebidas, nascem, crescem, frutificam e, quando morrem, deixam a semente boa que germina em novo ambiente, acompanhando as mutações que o desenvolvimento vai impondo ao meio brasileiro. As instituições, concebidas inicialmente sob a égide da cultura européia, passaram depois a se organizarem sob a influência americana, sem se libertarem, porém, totalmente das concepções anteriores. No futuro, poderemos nos aproximar ainda mais da organização americana pura, exemplo máximo de êxito no panorama mundial da pesquisa agrícola; ou ainda, com a combinação de experiências passadas e planos futuros, poderemos moldar o nosso próprio modelo de instituição de pesquisa adaptado à agricultura e à pecuária brasileira.

Os diplomas legais que institucionalizaram a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o Decreto n.º 1 067, de 28 de julho de 1860 e o de n.º 2 747, de 16 de fevereiro de 1861, deram as atribuições à nova pasta e as disciplinaram com relação à introdução e melhoramento de raças animais, à distribuição de plantas e sementes e ao funcionamento de jardins botânicos, institutos e estabelecimentos agrícolas. Estes precursores das modernas instituições de pesquisa já nos colocaram como pioneiros no estudo científico dos assuntos agrícolas, na opinião de Jolly (1963). Como disse o citado técnico da FAO, "Jardins Botânicos foram organizados e estudos ecológicos se concluíram há 150 anos atrás, adiantando-se a muitas instituições européias e à maioria das existentes no mundo tropical".

Esta precocidade inicial não nos ensejou, entretanto, uma evolução rápida. A Secretaria de Agricultura ficou paralisada e, ao renascer, não deu grande ênfase à pesquisa e à experimentação. A pasta da Agricultura ressurgiu com a Lei n.º 1 606, de 29 de dezembro de 1906, tendo, entre outras funções, a de "estudo e despacho" sobre assuntos relativos a estações agrônômicas, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola.

Os conhecimentos necessários às atividades do novo Ministério foram sendo colhidos, sem uma organização específica, em estabelecimentos isolados, postos zootécnicos, campos de demonstração, campos de semente e no Serviço de Veterinária.

¹ Diretor da Divisão de Zootecnia e Veterinária do DPEA e Prof. Catedrático do Departamento de Zootecnia da Universidade Rural do Brasil.

Em 1918 foi criado o Instituto de Química; em 1920 o Instituto Biológico de Defesa Agrícola.

A reforma do Ministério da Agricultura, realizada a partir de 1930, criou um órgão de existência efêmera — a Diretoria Geral de Pesquisas Científicas — composta, entre outros, dos seguintes órgãos: Instituto de Química, Instituto de Biologia Vegetal e Instituto de Biologia Animal.

Em sua forma final, esta reforma manteve os institutos já citados, levando as instituições de pesquisa fitotécnica para um Departamento Nacional de Produção Vegetal e as de zootecnia e veterinária, para um Departamento de Produção Animal.

A separação dos dois ramos, vegetal e animal, persistiu quando, em 1938, foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA). Este Centro, formado com instituições já existentes, foi crescendo com a criação de institutos agronômicos regionais e institutos centrais de óleos e fermentação.

A idéia de unir o ensino com a pesquisa colocou, sob a direção do mesmo Centro, a Escola Nacional de Agronomia e, posteriormente, a Escola Nacional de Veterinária e outras instituições de ensino agronômico e veterinário.

A pesquisa veterinária permaneceu isolada no Instituto de Biologia Animal e a pesquisa zootécnica, só em 1945 passou a ter o seu órgão especializado dentro do Ministério da Agricultura com a criação do Instituto de Zootecnia.

Esta organização, evoluindo lenta e desarmoniosamente, preocupava técnicos e autoridades ministeriais. Apontavam novos esquemas e organogramas, ora indicando a união do ensino com a pesquisa na fase da execução e não na cúpula administrativa, como acontecia no CNEPA, ora considerando fundamental a criação de estabelecimentos em que os estudos sobre animais e vegetais fôssem reunidos sob a mesma direção.

Esta última concepção, ligada à necessidade de regionalização da pesquisa agropecuária sob uma coordenação centralizada, deu origem ao Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, DPEA.

Para atender a esta concepção, as instituições de pesquisa e experimentação existentes até 11 de outubro de 1962, data da Lei Delegada n.º 9 que reformou o Ministério da Agricultura, sofreram profundas mudanças — extinguíram-se alguns órgãos, transferiram-se outros e estabeleceu-se um organograma novo que vem se implantando vagorosamente no panorama agrícola nacional.

As profundas alterações que resultaram da criação do DPEA podem ser identificadas na relação que se segue:

Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias (DPEA)

1. *Diretoria Geral*, formada com o acervo da Diretoria Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e da Diretoria do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas (SNPA).

2. *Órgãos centrais de coordenação*

- 2.1. Divisão de Fitotecnia (DF) — órgão novo.
- 2.2. Divisão de Zootecnia e Veterinária (DZV) — órgão novo.
- 2.3. Divisão de Pedologia e Fertilidade do Solo (DPFS) — órgão novo formado com o acervo da Comissão de Solos do extinto SNPA e de parte do Instituto de Química Agrícola.
- 2.4. Divisão de Tecnologia Agrícola e Alimentar (DTAA) — órgão novo formado com o acervo parcial do Instituto de Química Agrícola.
- 2.5. Instituto de Óleos (IO) — preexistente.
- 2.6. Instituto de Fermentação (IF) — preexistente.

3. Institutos regionais

- 3.1. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) – formado pelo extinto Instituto Agrônômico do Norte, com novas atribuições de pesquisas fitotécnicas, zootécnicas e veterinárias.
- 3.2. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Nordeste (IPEANE) – formado pelo extinto Instituto Agrônômico do Nordeste e por dependências do Instituto de Biologia Animal.
- 3.3. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Leste (IPEAL) – formado pelo Instituto Agrônômico do Leste e reunindo atribuições de pesquisa nas áreas da fitotecnia, da zootecnia e da veterinária.
- 3.4. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste (IPEACO) – formado pelo extinto Instituto Agrônômico do Oeste e pela Fazenda Experimental de Uberaba, pertencente ao extinto Instituto de Zootecnia.
- 3.5. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Sul (IPEACS) – formado pela reunião dos ex Institutos de Ecologia e Experimentação Agrícolas, de Biologia Animal e de Zootecnia.
- 3.6. Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS) – formado pelo extinto Instituto Agrônômico do Sul e pela Fazenda Experimental de Bagé, do ex Instituto de Zootecnia.

Nesta profunda modificação as instituições de ensino superior, agrônômico e veterinário, pertencentes ao extinto Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas (CNEPA), passaram a constituir Universidades Rurais autônomas ou estabelecimentos isolados, totalmente desvinculados da administração da pesquisa.

O DPEA, com os seis institutos regionais, cobre o território nacional com extensa rede de estações experimentais.

Esta rede continua a estreitar as suas malhas para melhor cobrir tôdas as zonas ecológicas. A programação para o futuro inclui a instalação de mais um instituto em Campo Grande, Mato Grosso, e a adição de várias estações experimentais aos institutos já existentes.

Não tem faltado ao DPEA a cooperação internacional que atualmente é exercida, principalmente, através do Instituto de Pesquisas IRI, com uma equipe numerosa e diversificada de técnicos em pesquisa agropecuária.

Em traços largos, é esta a evolução da pesquisa agropecuária no âmbito do Ministério da Agricultura e a curta história do seu órgão máximo – o Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias, DPEA.

A história desta instituição continuará nas páginas da revista "Pesquisa Agropecuária Brasileira", através da contribuição dada pelo Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias à ciência e à agricultura do Brasil.

Bibliografia

- Belleza, N. 1955. Evolução do Ministério da Agricultura. Série Estudos e Ensaios n.º 10, Serv. Inf. Agrícola, Min. Agricultura, Rio de Janeiro.
- Grillo, H. 1945. Esboço histórico da construção do C.N.E.P.A. Publicação avulsa n.º 234. Serviço de Documentação do DASP, Rio de Janeiro.
- Jolly, A.L. 1963. Report to the Brazilian Government on Organization and Policy of the Federal Agricultural Research Service and Allied Services. FAO Report n.º 703, Roma.
- SIA 1960. 1.º Centenário do Ministério da Agricultura, 1860–1960. Série Documentária n.º 10, Serv. Inf. Agrícola, Min. Agricultura, Rio de Janeiro.